

# SUMÁRIO

PORTUGUÊS .....	17
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	17
→ ACENTUAÇÃO.....	17
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	17
→ ARTIGO .....	17
→ SUBSTANTIVO .....	17
→ ADJETIVO .....	18
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ PRONOMES PESSOAIS.....	19
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	20
→ ADVÉRBIO .....	20
→ PREPOSIÇÃO.....	21
→ CONJUNÇÃO.....	22
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL .....	24
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS .....	24
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS .....	24
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	25
→ POLISSEMIA .....	25
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	25
→ SUJEITO .....	26
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....	26
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....	26
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.) .....	26
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	29
→ CRASE.....	29
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	30
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	31
→ COERÊNCIA E COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.) .....	32
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE).....	33
→ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	34
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA ETC.) .....	34

→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....	36
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	46
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	48
<b>MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM .....</b>	<b>53</b>
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	53
→ MÉDIA PONDERADA .....	53
→ MÉDIA HARMÔNICA .....	54
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA .....	54
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	55
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	55
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL .....	55
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO .....	55
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO .....	55
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES.....	55
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR .....	56
→ TEOREMA DE BAYES.....	56
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES .....	56
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA .....	56
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES .....	57
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	57
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	57
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC.).....	57
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES .....	57
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	58
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	58
→ NÚMEROS IRRACIONAIS .....	58
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	59
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) .....	59
→ SISTEMAS DE NUMERAÇÃO (DECIMAL, BINÁRIO, HEXADECIMAL, OCTAL, ROMANO, CONVERSÃO ENTRE SISTEMAS).....	59
→ PORCENTAGEM.....	60
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	60
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS .....	61
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	61
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	61
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO .....	62
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.) .....	62
→ SISTEMA MONETÁRIO .....	62

→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU .....	63
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS .....	63
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	63
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	64
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU .....	64
→ INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU (INEQUAÇÕES SIMULTÂNEAS, INEQUAÇÕES-PRODUTO E QUOCIENTE) .....	64
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU .....	64
→ INEQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU .....	64
→ FUNÇÃO EXPONENCIAL E INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	64
→ FUNÇÃO LOGARÍTMICA E INEQUAÇÕES LOGARÍTMICAS .....	64
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO .....	65
→ MATRIZES .....	65
→ DETERMINANTES .....	65
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL .....	65
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS .....	65
→ TEOREMA DE TALES .....	66
→ DEFINIÇÃO, MEDIDA, CONGRUÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS ÂNGULOS .....	66
→ ÂNGULOS ALTERNOS, COLATERAIS, CORRESPONDENTES, OPOSTOS PELO VÉRTICE .....	66
→ TRIÂNGULOS: CONCEITO, ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO (EQUILÁTERO, EQUIÂNGULO, ISÓSCELES ETC.) .....	66
→ CONGRUÊNCIA E SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS. RAZÃO DE SEMELHANÇA.....	66
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DO TRIÂNGULO .....	67
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO .....	67
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS ETC.).....	67
→ GEOMETRIA ESPACIAL .....	67
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	68
→ JUROS SIMPLES .....	68
→ JUROS COMPOSTOS .....	68
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	69
→ TABELA-VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	69
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	69
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA-VERDADE .....	70
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES .....	70
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO .....	70
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO .....	70
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	70
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	71

## INFORMÁTICA .....

→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR .....	73
---	----

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	73
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	73
→ WINDOWS 10.....	74
→ LINUX/UNIX .....	76
→ WORD 2019.....	76
→ EXCEL 2019.....	77
→ POWERPOINT 2019 .....	78
→ WRITER.....	78
→ CALC .....	79
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	79
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO .....	80
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	80
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	80
→ INTRANET E EXTRANET.....	81
→ INTERNET EXPLORER.....	81
→ GOOGLE CHROME.....	81
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	81
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP ETC.).....	82
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO ETC.).....	82
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	82
→ GOOGLE WORKSPACE .....	83
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE ETC.).....	83
→ FIREWALL E PROXY .....	83
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	83
→ BACKUP .....	84

## **DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS ..... 85**

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	85
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	85
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	86
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	86
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	87
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) .....	87
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE) .....	87
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE .....	88
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	88
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	88
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988) .....	89
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	89
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	89

→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	90
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	90
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	90
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	91
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	91
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	91
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59 DA CF/1988).....	92
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....	92
→ DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	93
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	93
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	93
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	94
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	94
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	94
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....	95
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	95
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	95
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	96
→ NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	96
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988).....	96
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	97
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988).....	97
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	97
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 218 E 219 DA CF/1988).....	97
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988).....	98
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA IDOSA (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	98
→ DOS INDÍGENAS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988).....	98
→ DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	99
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).....	100
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	100
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	101
→ VIGÊNCIA E EFICÁCIA DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. RESERVAS E DENÚNCIAS.....	101
→ CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991).....	101
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIRO.....	102
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (DEC. 1973/2006).....	102
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3.....	103
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	103
→ LEI Nº 7.853/1989 - LEI DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	104

<b>DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>105</b>
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO .....	105
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	105
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS .....	105
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	106
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	106
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	106
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	107
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....	107
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	108
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO .....	108
→ PODER REGULAMENTAR.....	109
→ PODER HIERÁRQUICO .....	109
→ PODER DISCIPLINAR .....	110
→ PODER DE POLÍCIA.....	110
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	111
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) .....	112
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	112
→ CONSELHOS PROFISSIONAIS .....	113
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	113
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS .....	113
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO) .....	114
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	115
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	115
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO .....	116
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	117
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	117
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	117
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO) .....	118
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	118
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS .....	118
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS .....	119
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS .....	119
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	120
→ CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS .....	120
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A, DA LEI Nº 8.429, DE 1992).....	120
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11, DA LEI Nº 8.429, DE 1992) .....	121
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º, DA LEI Nº 9.784, DE 1999).....	121

# DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL .....123

→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	123
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	123
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º, DO CP).....	123
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º, DO CP).....	123
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º, DO CP).....	124
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12, DO CP).....	124
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6º, DO CP).....	124
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º, DO CP).....	124
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º, DO CP).....	124
→ AÇÃO E OMISSÃO (§ 2º, ART. 13, DO CP).....	125
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19, DO CP).....	125
→ ERRO DE TIPO (ART. 20, DO CP).....	125
→ TIPICIDADE E RESULTADO.....	125
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (§ 1º, ART. 13, DO CP).....	125
→ FASES DO DELITO.....	126
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17, DO CP).....	126
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15, DO CP).....	126
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15, DO CP).....	126
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	126
→ CONSUMAÇÃO (ART. 14, INCISO I, DO CP).....	126
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16, DO CP).....	126
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23, DO CP).....	127
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24, DO CP).....	127
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25, DO CP).....	127
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28, DO CP).....	127
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31, DO CP).....	127
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES.....	127
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 54 E 53, DO CP).....	127
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57, DO CP).....	128
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68, DO CP).....	128
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76, DO CP).....	128
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106, DO CP).....	128
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120, DO CP).....	128
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119, DO CP).....	129
→ HOMICÍDIO (ART. 121, DO CP).....	129
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129, DO CP).....	129
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145, DO CP).....	129
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149, DO CP).....	129
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150, DO CP).....	129

→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156, DO CP).....	130
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160, DO CP) .....	130
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179, DO CP) .....	130
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A, DO CP) .....	130
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216, DO CP) .....	130
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226, DO CP) .....	130
→ DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA (ARTS. 267 A 285, DO CP).....	131
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A, DO CP) .....	131
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297, DO CP).....	131
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, DO CP) .....	131
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327, DO CP).....	131
→ PECULATO (ART. 312, DO CP) .....	132
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, DO CP).....	132
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A, DO CP).....	132
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321, DO CP).....	132
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325, DO CP).....	132
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A, DO CP) .....	132
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL — PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	133
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23, DO CPP) .....	133
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62, DO CPP) .....	133
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68, DO CPP).....	133
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157, DO CPP) .....	134
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184, DO CPP) .....	134
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196, DO CPP).....	134
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200, DO CPP) .....	134
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225, DO CPP).....	134
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250, DO CPP).....	135
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256, DO CPP) .....	135
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281, DO CPP).....	135
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300, DO CPP).....	135
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310, DO CPP) .....	135
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316, DO CPP) .....	136
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318, DO CPP) .....	136
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350, DO CPP).....	136
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ART. 394, DO CPP).....	136
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397, DO CPP).....	137
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405, DO CPP) .....	137
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392, DO CPP) .....	137
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603, DO CPP) .....	137
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667, DO CPP).....	137



→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL — LEI Nº 8.069, DE 1990 — (DOS CRIMES — ECA, ARTS. 225 AO 244-B).....	138
→ LEI Nº 8.072, DE 1990 — CRIMES HEDIONDOS .....	138
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62, DA LEI Nº 9.099, DE 1995) .....	138
→ LEI Nº 9.296, DE 1996 — INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	138
→ LEI Nº 9.503, DE 1997 — CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (ARTS. 291 A 312-B) .....	139
→ LEI Nº 9.613, DE 1998 — LAVAGEM DE DINHEIRO.....	139
→ LEI Nº 10.741, DE 2003 — ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (CRIMES) .....	139
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º, DA LEI Nº 11.340, DE 2006).....	140
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12, DA LEI Nº 11.340, DE 2006).....	140
→ LEI Nº 13.869, DE 2019 — LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898, DE 1965) .....	141

## DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ..... 143

→ DIREITO CIVIL — DIREITO CIVIL (CONCEITO, OBJETO, PRINCÍPIOS, FONTES, HISTÓRICO ETC.) .....	143
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10) .....	143
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	143
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39) .....	143
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61) .....	144
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	144
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	145
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78) .....	145
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97) .....	145
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97) .....	146
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	146
→ FATOS JURÍDICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS .....	146
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114) .....	146
→ DA REPRESENTAÇÃO (ARTS. 115 A 120).....	146
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) — ELEMENTOS ACIDENTAIS .....	147
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	147
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	147
→ DOS ATOS ILÍCITOS (ARTS. 186 A 188).....	147
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	147
→ PRINCÍPIOS GERAIS DAS OBRIGAÇÕES (CONCEITO E FONTES) .....	148
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	148
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	148
→ DA POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO (ARTS. 1.196 A 1.203) .....	148
→ DOS EFEITOS DA POSSE (ARTS. 1.210 A 1.222).....	148
→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL — INTRODUÇÃO: TEORIAS, HISTÓRICO, NATUREZA E CONCEITO DO PROCESSO CIVIL.....	149
→ APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	149

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF, DE 1988) .....	149
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	150
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41) .....	150
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	150
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76) .....	151
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	151
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107) .....	151
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112).....	152
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	152
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	154
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148) .....	154
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175) .....	154
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	155
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187) .....	155
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	155
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....	155
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	156
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	156
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283) .....	156
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	157
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	157
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	157
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342) .....	157
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343) .....	157
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346) .....	158
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	158
→ DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383).....	158
→ DA PROVA DOCUMENTAL (ARTS. 405 A 438).....	158
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480).....	158
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	159
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512) .....	159
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....	159
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	159
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568).....	159
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	160
→ DISPOSIÇÕES GERAIS — RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008).....	160
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	160
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020) .....	160
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021) .....	161
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) .....	161

## LEI DE LICITAÇÕES..... 163

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	163
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	164
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	164
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	165
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	165
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	166
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	167
→ FASES DA LICITAÇÃO — JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	167
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	168
→ FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	169
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	169
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114, DA LEI Nº 14.133, DE 2021) .....	170
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150, DA LEI Nº 14.133, DE 2021).....	170

## ADMINISTRAÇÃO GERAL E AFO .....173

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA — ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	173
→ ADMINISTRAÇÃO.....	173
→ ADMINISTRADOR.....	173
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	174
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE .....	174
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	174
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	175
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	175
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	175
→ LIDERANÇA .....	175
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	176
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	176
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	176
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	177
→ MOTIVAÇÃO.....	177
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	177
→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO .....	177
→ GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES .....	178
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS .....	178
→ DESEMPENHO .....	178
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA — CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO .....	179

→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC.).....	179
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS .....	179
→ PPA — PLANO PLURIANUAL (CF, DE 1988 E LEI Nº 4.320, DE 1964) .....	180
→ LDO — LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF, DE 1988 E LEI Nº 4.320, DE 1964) .....	180
→ LOA — LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF, DE 1988 E LEI Nº 4.320, DE 1964) .....	180
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE) .....	180
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA .....	181
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	181
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE — CONCEITOS GERAIS .....	181
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	181
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA) .....	181

## **REDAÇÃO OFICIAL..... 183**

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	183
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO) .....	184
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	185
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO) .....	185
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM .....	185
→ ATOS NORMATIVOS NO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (MRPR).....	186
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	186

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## → REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

**1. (FGV – 2022)** Quando o Estado se relaciona com o particular em posição de supremacia, ou de verticalidade, em busca do cumprimento do interesse público, o Estado, além de adquirir prerrogativas específicas, deve se submeter a um conjunto de normas determinadas, caracterizando uma relação poder-dever.

A respeito dessa atuação em condição de superioridade do Estado, é correto afirmar que ela representa a submissão ao regime

- a) de jurisdição dual.
- b) contencioso administrativo.
- c) confederativo.
- d) jurídico administrativo.
- e) common law.

## → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

**2. (FGV – 2024)** Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo.

Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- a) dignidade humana;
- b) soberania;
- c) cidadania;
- d) livre iniciativa;
- e) publicidade.

**3. (FGV – 2024)** João, policial militar, foi convocado para fazer o policiamento ostensivo durante a inauguração de uma obra realizada no Município Alfa, com a presença do prefeito da cidade e do governador do estado. Ao se apresentar para o serviço, o agente da lei percebe que não há, no local, qualquer promoção pessoal dos políticos presentes no evento. Na verdade, todas as informações atinentes à obra têm caráter educativo e informativo.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante de uma manifestação do princípio da:

- a) proporcionalidade;
- b) impessoalidade;
- c) continuidade;

- d) juridicidade;
- e) legalidade.

**4. (FGV – 2024)** Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, caput, da CRFB/88, sendo correto afirmar que se trata do

- a) princípio da impessoalidade.
- b) princípio da legalidade.
- c) princípio da publicidade.
- d) princípio da segurança jurídica.
- e) princípio da indisponibilidade do interesse público.

**5. (FGV – 2023)** Os princípios da Administração Pública, expressos na Constituição Federal, são responsáveis por orientar as atuações do Estado, buscando criar um balizamento para uma maneira adequada de se administrar entes públicos.

Acerca desses princípios, assinale a afirmativa **correta**.

- a) O fato de o governador colocar seu nome em um complexo poliesportivo, construído em sua gestão, representa uma violação ao princípio da publicidade.
- b) A realização de ato da administração pública não autorizado nem proibido por lei, conforme vontade pessoal, viola o princípio da legalidade.
- c) A imposição de uma multa desproporcional representa uma violação ao princípio da eficiência.
- d) A conduta antiética e desonesta de um agente público, ainda que legal, viola o princípio da segurança jurídica.
- e) A nomeação de novos servidores públicos, por meio de concurso público, mas com o edital prevendo prova oral, afronta o princípio da impessoalidade.

## → PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

**6. (FGV – 2024)** Antes de tomar uma decisão em um processo administrativo em curso que versa sobre matéria complexa e de interesse geral, o órgão público competente no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública para a manifestação de terceiros.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- a) impessoalidade.
- b) boa-fé objetiva.
- c) continuidade.
- d) participação.
- e) moralidade.

---

**7. (FGV – 2023)** A Administração Pública editou o ato administrativo XYZ, observando todas as formalidades exigidas em lei. Alguns meses após os fatos, o ente estatal, por intermédio de João, agente público competente, revoga o ato administrativo, ao argumento de que este se tornou inconveniente e inoportuno para a finalidade pública.

Nesse cenário, a atuação da Administração Pública se baseou no princípio da:

- a) proporcionalidade;
- b) continuidade;
- c) autotutela;
- d) legalidade;
- e) eficiência.

---

**8. (FGV – 2022)** Os princípios administrativos representam diretrizes que balizam tanto a atuação do administrador público quanto a elaboração de normas para o regimento da administração pública. Destaca-se, entretanto, que, embora alguns princípios estejam previstos expressamente no texto constitucional, outros são decorrentes de interpretações doutrinárias, tendo, como exemplo, o

- a) Princípio da eficiência.
- b) Princípio da proporcionalidade.
- c) Princípio da publicidade.
- d) Princípio da descontinuidade.
- e) Princípio da pessoalidade.

---

## → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

**9. (FGV – 2024)** Ao estudar o tema atinente ao ato administrativo, Maya decidiu verificar os exemplos de atos que seriam perfeitamente, válidos e ineficazes.

Assinale a opção que apresenta, **corretamente**, o exemplo que atende àquelas condições.

- a) A realização de um ato administrativo por servidor incompetente.
- b) A imediata remoção de servidor, a pedido, para outra lotação.
- c) A exoneração a pedido de servidor, a contar de data futura.
- d) A nomeação de servidor para atuar prontamente em comissão disciplinar.
- e) A aplicação de penalidade de demissão a um servidor público, nas hipóteses previstas em lei, após o devido processo administrativo.

---

## → MÉRITO ADMINISTRATIVO

**10. (FGV – 2022)** O governador do Estado Alfa, em reunião com seus secretários, discutiu as causas da crescente judicialização dos atos praticados nos distintos setores do governo. Ao final, os participantes concluíram que deveriam ser envidados esforços para demover o Poder Judiciário da realização do controle de aspectos concernentes à valoração dos motivos e à escolha do objeto do ato administrativo.

O controle referido pode ser considerado modalidade de controle afeto ao(à):

- a) juridicidade;
- b) legalidade estrita;
- c) mérito administrativo;
- d) eficiência administrativa;
- e) moralidade administrativa.

---

## → ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

**11. (FGV – 2024)** Existem elementos do ato administrativo que são vinculados, mesmo nas situações em que o ato é discricionário, de modo a viabilizar, inclusive, o controle jurisdicional de legalidade a ser exercido nesse último caso.

Entre tais elementos vinculados, destacam-se

- a) competência e finalidade.
- b) motivo e objeto.
- c) objeto e competência.
- d) finalidade e motivo.
- e) competência e motivo.

---

**12. (FGV – 2023)** João, agente público de direito, editou um ato administrativo sancionatório, punindo um subordinado que violou o regime jurídico administrativo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, consectários do devido processo legal.

Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo e as disposições da Lei nº 9.784/1999, é **correto** afirmar que:

- a) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- b) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- c) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal;
- d) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- e) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal.

**13. (FGV – 2022)** Em matéria de ato administrativo, competência administrativa pode ser definida como a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são características da competência administrativa:

- a) imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- b) indelegável, irrenunciável e prorrogável;
- c) indisponível, indelegável e renunciável;
- d) imprescritível, prorrogável e renunciável;
- e) indelegável, prorrogável e imprescritível.

**14. (FGV – 2022)** De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a competência para prática de atos administrativos deve ser definida em lei ou em ato administrativo geral e possui as seguintes características

- a) prescritível, renunciável e prorrogável.
- b) imprescritível, indelegável e improrrogável.
- c) imprescritível, irrenunciável e improrrogável.
- d) indelegável, irrenunciável e improrrogável.
- e) prorrogável, indelegável e irrenunciável.

### → ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

**15. (FGV – 2024)** Diversas pessoas, insatisfeitas com a crise econômica vivenciada no Estado Alfa, resolveram fechar ruas para protestar contra o governo. Após horas de manifestação pacífica, a passeata se tornou violenta, com a depredação do patrimônio público. Em assim sendo, dezenas de policiais militares foram convocados, pondo fim aos eventos.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, os policiais militares puderam interromper a passeata, mesmo sem a manifestação do Poder Judiciário, em razão da:

- a) presunção relativa de veracidade dos atos administrativos;
- b) autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- c) imperatividade dos atos administrativos;
- d) coercibilidade dos atos administrativos;
- e) exigibilidade dos atos administrativos.

**16. (FGV – 2023)** O ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Relacione os atributos dos atos administrativos com suas respectivas definições.

1. Autoexecutoriedade
2. Imperatividade
3. Presunção de legitimidade
4. Tipicidade

( ) O ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

( ) O ato administrativo se impõe a terceiros, independentemente de sua concordância.

( ) Conformidade do ato com a lei, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.

( ) O ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 3 – 2 – 4
- b) 1 – 4 – 2 – 3
- c) 4 – 2 – 3 – 1
- d) 2 – 4 – 3 – 1
- e) 4 – 3 – 2 – 1

**17. (FGV – 2021)** Como estava atrasado para chegar ao cinema, o cidadão Antônio estacionou seu veículo em calçada com alto fluxo de circulação de transeuntes. O agente público competente, portanto, procedeu ao guincho e remoção do veículo ao depósito público.

No caso em tela, o poder público praticou diretamente o ato que seria obrigação do particular, sem a necessidade de participação deste e sem intervenção do Poder Judiciário, calcado no atributo do ato administrativo da:

- a) imperatividade, que assegura direito de indenização ao poder público e à coletividade;
- b) autoexecutoriedade, que consiste em meio direto de execução do ato administrativo;
- c) exigibilidade, que consiste em meio direto de execução do ato administrativo;
- d) presunção de legitimidade, que assegura direito de indenização ao poder público e à coletividade;
- e) presunção de veracidade, que assegura direito de indenização ao poder público e à coletividade.

### → ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

**18. (FGV – 2022)** Maria acaba de ser aprovada em concurso público para o cargo efetivo de técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, inclusive obtendo excelente aproveitamento no curso de formação ministrado pela Acadepol. Em sua primeira lotação que acaba de ser publicada no Diário Oficial, Maria pretendia ser lotada no Instituto Médico Legal sediado na capital do Estado Alfa, mas foi lotada em determinado Posto Regional de Polícia Técnica e Científica (PRPTC), no interior do Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato praticado pelo secretário de Polícia Civil de lotação inicial de Maria no citado PRPTC é um ato:

- a) vinculado, pois a lei regulamentava a edição do ato de lotação, não conferindo ao agente público qualquer margem de escolha;
- b) composto, pois é formado pela soma de vontades de órgãos públicos, quais sejam, setor de pessoal e chefia de Polícia Civil;
- c) discricionário, pois o agente público busca, dentro dos limites da lei, razões de oportunidade e conveniência para praticar o ato;
- d) de gestão, que é praticado pelo agente público com a prévia e não vinculante oitiva do servidor interessado, devendo prevalecer o interesse público;
- e) de polícia, que restringe direitos individuais do servidor público de escolher sua lotação, em prol do interesse público, devendo o ato ser revisto anualmente.

**19. (FGV – 2022)** Márcia, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo da Câmara do Município Alfa, requereu o gozo de licença gestante à Casa Legislativa. A autoridade competente verificou que Márcia preenchia os requisitos legais e deferiu o pleito.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato de concessão da licença a Márcia é um ato